

Aprender a «ser professor». Por uma formação inicial sustentada e de qualidade, sempre!

«Na minha vida nem sempre a bússola se atrai ao mesmo norte. (...) Não sei caminhos de cor.», Fernando Namora, *Mar de Sargaços*, 1940.

A figura do professor reveste-se de uma enorme complexidade. Ser professor é um processo que se desenvolve no tempo. Começando ainda antes da formação formal e prolongando-se ao longo da vida profissional, atravessa diferentes contextos, vive diversos dilemas e desenvolve conhecimento em vários domínios. O professor vai enfrentando (e resolvendo) situações de características únicas e cada vez mais exigentes, necessitando de mobilizar saberes especializados em múltiplas dimensões. De facto, o professor *deve* saber como a Matemática se integra no currículo, *deve* sentir-se seguro nos temas matemáticos a tratar e na(s) maneira(s) de os ensinar, *deve* perceber os alunos com quem trabalha e a(s) forma(s) como aprendem, *deve* recorrer aos materiais didáticos mais adequados, *deve* refletir sobre as suas práticas, *deve* valorizar a colaboração com os outros professores, *deve* intervir na escola e na comunidade...

Sabendo que, neste caminho de «ser professor», todas as experiências de vida e de formação têm um significado muito próprio, a formação inicial é seguramente uma das etapas que assume especial relevância. Nas últimas décadas, foi-se tornando consensual que, para lecionar Matemática, se deva ser portador de uma habilitação profissional adquirida em curso superior adequado. Atualmente, esta habilitação é obtida através de um mestrado profissionalizante, antecedido de uma licenciatura de *banda larga* na(s) respetiva(s) área(s) disciplinar(es), optando-se, assim, por um modelo de natureza bietápica e sequencial em detrimento de uma orientação mais integrada da formação.

Num momento em que as entidades oficiais parecem pretender «mexer em tudo» como se não tivéssemos um passado nem houvesse um amanhã, as recentes alterações ao regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, enquadrado no D.L. n.º 79/2014, de 14 de maio, acabam por não ser verdadeiramente uma surpresa. Seguem a agenda habitual já vista, por exemplo, na alteração dos programas de matemática, expressa na inoportunidade da proposta e

dos prazos de discussão, nas fortes dúvidas sobre os estudos e as evidências que dizem sustentar tais alterações ou na inadequação de algumas soluções apresentadas em clara contradição com avaliações já produzidas. Mesmo assim surpreendem, ou talvez não, por terem sido aprovadas em pleno desenvolvimento de processos de avaliação externa realizados pela A3ES em muitos cursos de formação de professores. Não seria mais avisado esperar e atender aos resultados globais desta avaliação e depois alterar, de uma forma coerente e sustentada, os aspetos mais problemáticos?

Embora o novo normativo tenha aspetos positivos, como o (necessário) aumento de créditos para a formação de educadores de infância e de professores dos primeiros anos ou o reforço das didáticas específicas na generalidade dos ciclos de ensino, a verdade é que outras alterações levantam sérias dúvidas. Cito, como exemplos, a ausência dos perfis geral e específicos do desempenho profissional como referência fundamental, a pouca valorização da formação educacional geral, a (quase) inexistência da formação em metodologias de investigação educacional, o regime de fixação de vagas ou a introdução de provas de ingresso (nas áreas de Português e de Matemática) na Licenciatura em Educação Básica. Mas, apesar de tudo, o novo regime jurídico apresenta alguns recuos relativamente à proposta inicial. Ficaria, porventura, mais coerente e fundamentado se tivesse tido, na conta devida, os pareceres do Conselho Nacional de Educação ou os inúmeros comentários ou sugestões de alteração propostos, quer por instituições do ensino superior, quer por professores.

Muitas perplexidades e interrogações se mantêm. Por isso, tal como em tantas outras áreas, nestes quarenta anos de Abril, é importante continuar a pensar e a defender uma formação inicial sustentada e de qualidade... sempre!

Manuel Vara Pires

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA